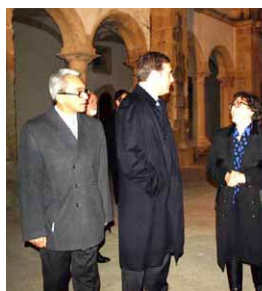




■ Governo p.2

“Portugal cumprirá as suas obrigações”



■ Governo p.7

Primeiro-Ministro visita obras de mecenato no Convento de Cristo

POVO LIVRE



nº 1805

20 de Novembro de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“Construir um futuro melhor”



O Presidente no encerramento do VI Congresso dos Autarcas Social Democratas

“Portugal cumprirá as suas obrigações”

Esta visita do Chefe do Governo à Misericórdia da Merceana vem na sequência da intenção do Executivo de utilizar da melhor forma, as infra-estruturas de apoio social e à saúde, que tem demonstrado a sua capacidade de complementar os serviços oficiais do Estado. E a Misericórdia da Merceana justifica esta visita, pois se enquadra perfeitamente no pensamento do Governo.

Com efeito, a Santa Casa da Misericórdia de Aldeia Galega da Merceana foi uma das vinte primeiras instituições criadas em Portugal pela Rainha D. Leonor e, tendo sido fundada em 1499 com sede em Aldeia Galega da Merceana (sede de concelho à altura), viu o seu compromisso impresso apenas em 1520. No início, esta Misericórdia era um pequeno albergue situado junto à Capela de N.ª Sr.ª dos Anjos, na antiga vila de Aldeia Galega da Merceana. Em 1616 já se encontrava instalada em bom edifício na praça do extinto concelho desta localidade e prestava assistência a enfermos sendo, por isso, pedido à Rainha D. Catarina a criação de um Hospital na sua sede. É então doado a esta Santa Casa o Convento de Sto. António de Charnais em Merceana, sendo aí instalada em 30 de Julho de 1838, a sede da Misericórdia de Aldeia Galega da Merceana.

Em 1998, foi aprovado o projecto de expansão das novas instalações da Misericórdia da Merceana, inauguradas a 24 de Maio de 2001. Com esta obra foi iniciada a implementação do Plano Estratégico do “Campus” da Misericórdia da Merceana, do qual faz parte integrante a recuperação do edifício da Igreja (actual Centro Social e Cultural) e do Convento de Santo António de Charnais (que já funcionou como CATL), o Lar de Terceira Idade (em funcionamento desde 2001) os edifícios da Creche e Centro de Actividades de Tempos Livres (em funcionamento desde Novembro de 2008) e da nova Unidade de Cuidados Continuados (em funcionamento desde Maio de 2011) e a nova Clínica Médica de Saúde, recentemente entrada ao serviço.

O Primeiro-Ministro esteve mais de três horas a visitar as instalações acompanhado pelo ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares e descerrou uma placa de inauguração formal do espaço desta instituição, que inclui uma creche, um lar de idosos, um centro de cuidados continuados, uma clínica e um convento que vai ser recuperado.

O chefe do executivo participou ainda numa cerimónia para assinalar o início da recuperação do convento e descerrou uma placa de inauguração da clínica, em conjunto com um padre que celebrou a bênção desse edifício.

A mais recente unidade de apoio às populações da região, no “campus da Misericórdia da Merceana, a funcionar diariamente entre as 8 e as 24h, dá uma resposta



Reumatologia, Fisioterapia, Nutrição, Urologia, Análises Clínicas e outros serviços básicos de saúde, numa área de implantação de 2080 m2, zona exterior envolvente e estacionamento automóvel interior de 50 lugares em cave.

Dispõe ainda de Unidades de Saúde Familiar; Unidade de Cuidados Continuados na Comunidade; Unidade Operativa de Saúde Pública; Unidade de Meios de Diagnóstico e Tratamento e de Especialidades; Unidade de Apoio Integrado e Unidade Básica de Atendimento Complementar.

O Primeiro-Ministro fala à Informação

Terminada a visita, Passos Coelho falou à Informação que acompanhava o grupo oficial e considerou que a decisão da Irlanda de regressar autonomamente aos mercados, deve servir de inspiração; e que não há razão para Portugal não desejar o mesmo, ou seja, regressar sem programa cautelar, acrescentando, no entanto, que «para isso, temos evidentemente de cumprir, como a

Irlanda cumpriu as suas metas, os seus objectivos, com um amplo consenso nacional e uma grande mobilização de vontades. Tenho a certeza que é isto que os portugueses merecem, e estou confiante que o sentido de responsabilidade de todos o vai permitir também para Portugal», declarou.

O Primeiro-Ministro manifestou também esperança que as taxas de juro das obrigações soberanas portuguesas continuem a baixar no mercado, tal como aconteceu na Irlanda: «Se o Orçamento do Estado for aprovado e as medidas executadas tal como está previsto, a minha convicção é que as taxas de juro evoluirão favoravelmente de forma muito mais rápida». Os juros da dívida portuguesa a 10 anos está ligeiramente abaixo dos 6%, enquanto a da Irlanda se situa em redor de 3,5%, permanecendo abaixo dos 5% desde Março de 2013. A Irlanda iniciou o seu programa de ajustamento meio ano antes de Portugal.

Para que as taxas de juro da dívida portuguesa persistam em queda, é «muito importante que as medidas que nos permitirão fechar o programa sejam executadas», sublinhou Pedro Passos Coelho. «Tenho feito tudo para

social e na prestação de cuidados de saúde à comunidade, com Clínica Geral (todos os dias), Otorrinolaringologia, Ginecologia, Oftalmologia, Alergologia, Terapia da Fala, Psicologia, Cirurgia, Pediatria, Estomatologia,

que Portugal possa cumprir os objectivos» e «temos pela frente mais meio ano» até ao fim do programa de assistência económica e financeira, referiu, acrescentando que o Orçamento do Estado para 2014 garante «a possibilidade de sermos bem-sucedidos».

O Primeiro-Ministro afirmou também - respondendo a perguntas de jornalistas - que, se houver excedente orçamental, o Governo poderá estudar a diminuição da taxa do IRS em 2015: «Se tivermos essa possibilidade, claro que me parece justo. Não é por ser ano de eleições que agora não vamos fazer esse alívio. Não vamos dizer às pessoas “olhem, como há eleições, os senhores continuam a pagar mais para o Estado ter ainda mais excedente”. Isso não faz sentido. Se tivermos essa margem, devemos fazê-lo», mas «eu não sei se vamos ter margem para o fazer».

Pedro Passos Coelho declarou que «a última coisa de que se pode acusar este Governo é de eleitoralismo», porque tem adoptado todas as medidas difíceis, não obstante as eleições: «Se viermos a conseguir baixar alguma coisa na carga fiscal que incide sobre o IRS, é porque fomos bem-sucedidos daqui até lá; é porque o excedente orçamental se confirmou, é porque todas as nossas melhores perspectivas se confirmaram e, então, é justo que os portugueses recebam o retorno da política que foi seguida».

“Não há razão para nós não podermos desejar o mesmo. Sendo que, para isso, temos evidentemente de cumprir, como a Irlanda cumpriu as suas metas, os seus objectivos, com um amplo consenso nacional e uma grande mobilização de vontades. Tenho a certeza que é isto que os portugueses merecem, e estou confiante que o sentido de responsabilidade de todos o vai permitir também para Portugal”, declarou Pedro Passos Coelho.

A seguir, interrogado pelos jornalistas sobre a ideia defendida pelo PS de que o Governo não tem legitimidade para negociar um programa cautelar, Passos Coelho respondeu: “Nós não estamos ainda na fase de poder discutir como é que fechamos o nosso programa e, portanto, não vou antecipar aquilo que vai acontecer daqui a seis meses”.

Insistindo na importância de Portugal cumprir os seus compromissos, o primeiro-ministro afirmou: “Seria bom que todos aqueles que querem que Portugal chegue ao fim da assistência económica e financeira com sucesso, fossem coerentes com o objectivo que proclamam, e nesse caso, dissessem que apoiam as decisões que temos de tomar para chegar a esse resultado”.

Passos Coelho recusou falar de “cenários” sobre a “transição para financiamento pleno em mercado” de Portugal.

“Agora, o que posso dizer é isto: se existir consenso e mobilização suficiente em torno desse objectivo, se isso é realmente considerado por todos importante - e eu acho que é - então devemos posicionar-nos para tomar todas as decisões que são necessárias para que esse resultado seja atingido”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro referiu que “a Irlanda cumpriu uma série de decisões difíceis que envolveram reduções salariais importantes, reduções nas pensões, redução do número de efectivos do Estado, saneamento financeiro”.

Segundo Passos Coelho, é preciso “ver o que é que a Irlanda fez para chegar lá”, e “infelizmente, em Portugal há muitos sectores políticos que querem os mesmos resultados, sem os mesmos meios e sem as mesmas decisões”.

Quanto à diferença entre os juros da dívida pública da Irlanda e de Portugal, manifestou a convicção de que, se as medidas do Orçamento do Estado para 2014 forem executadas como previsto, “as taxas de juro evoluirão favoravelmente de uma forma muito mais rápida”.

Questionado se assumirá alguma quota de responsabilidade caso Portugal não saia do actual programa de resgate sem um programa cautelar, respondeu: “Eu assumo sempre todas as minhas responsabilidades, porque nunca fugi às minhas responsabilidades”.

Antes, no seu discurso, o chefe do executivo PSD/CDS-PP disse que a Irlanda agradeceu o apoio externo e anunciou que já iria precisar mais desse apoio. No seu entender, “isso é um motivo de satisfação” e “deve ser um motivo de inspiração”.

“Ainda temos quase seis meses para chegar aonde a Irlanda chegou agora. Devemos, portanto, pôr os olhos,



de certa maneira, naquilo que foi o desenvolvimento político, económico e social que ocorreu nesse país da União Europeia, para podermos, para nós próprios, almejar o mesmo”, considerou.

Passos Coelho apontou a decisão da Irlanda como “importante para a União Europeia e para a zona euro”, por ser “o primeiro País a sair da assistência económica e financeira com sucesso”, reiterando que isso só pode “mobilizar e inspirar” Portugal.

Contudo, e referindo-se a uma eventual redução do IRS, o Primeiro-Ministro assinalou que a diminuição não está assegurada: “Não se esqueçam do ‘se’”, pediu. “Eu não sei se podemos fazer isso”, frisou.

“Se o Governo tiver margem para fazer isso, eu creio que isso é bom. Nós temos dito desde o início que, assim que tivermos excedentes orçamentais, nós devemos usar esses excedentes orçamentais para diminuir a dívida do Estado, porque isso significa menos juros que vamos pagar para futuro, e devemos aliviar a carga fiscal, nomeadamente sobre as pessoas”, acrescentou.

Quanto às alterações ao Orçamento do Estado para 2014 propostas pelos grupos parlamentares da maioria, Passos Coelho reiterou que o orçamento “foi desenhado sem folgas” e que o Governo admite que este seja “aperfeiçoado”, com a condição de que a meta de 4% para o défice seja cumprida.

“Nós fizemos, em Conselho de Ministros, tudo o que pudemos para poder apresentar a melhor proposta que nos pareceu sermos capazes de fazer. O Parlamento, se quiser introduzir alterações a essa proposta, tem tam-

bém de assumir as respectivas compensações, e isso são escolhas políticas, que cabe ao parlamento e aos deputados fazer”, acrescentou.

Passos Coelho afasta “horizontes de incerteza política”

Pedro Passos Coelho, também afastou hoje qualquer “horizonte de incerteza política” e afirmou que “o Governo, o que quer que aconteça em Portugal, cumprirá o seu mandato”.

O chefe do executivo PSD/CDS-PP manifestou esta certeza depois de questionado sobre os riscos de instabilidade política referidos no relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a oitava e a nona avaliações do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

“O Governo, o aconteça o que acontecer em Portugal, cumprirá o seu mandato e irá fazer tudo para que Portugal seja bem-sucedido neste programa”, declarou Pedro Passos Coelho aos jornalistas embora ressaltando em seguida que “claro que nem tudo depende do Governo!”.

“Temos um orçamento que nos dá a possibilidade de acreditar que seremos bem-sucedidos se cumprir as metas a que nos propusemos. Não há nenhum horizonte de incerteza política quanto à coesão do Governo para atingir este objectivo. Os mercados sabem isto, toda a gente sabe isto”, considerou o primeiro-ministro. – Fontes: Lusa, Audiovisuais PSD, “Jornal de Alenquer”

Pedro Passos Coelho no VI Congresso Nacional da ASD, que elegeu Álvaro Amaro

“Construir um futuro melhor”



O VI Congresso Nacional dos Autarcas Social-Democratas, que elegeu os novos Órgãos Nacionais da ASD para o próximo mandato, que tem a duração de quatro anos, realizou-se, no sábado, dia 16 de Novembro, em Cantanhede.

A Moção que foi levada à apreciação dos congressistas intitulava-se ‘Confiança no Poder Local’ e tem um enquadramento inicial com referência à assistência internacional e a ‘uma profunda reforma da administração local, concretizada através de vários diplomas legais como a nova lei das empresas locais, da reorganização do mapa

das Freguesias, do novo Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Local, do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), da Lei dos Compromissos e outras novas regras financeiras e mais recentemente da nova Lei das Finanças Locais e do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais’. É um documento de 14 páginas e nele se faz um rescaldo das eleições Autárquicas de 2013 e se abordam os ‘desafios para um quadriénio – um novo paradigma’”, lê-se num comunicado da Comissão Concelhia em Cantanhede do PSD.

No Salão dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede estiveram cerca de quinhentos autarcas que elegeram os seus representantes na estrutura nacional do PSD até 2017. “A realização do Congresso, para além da localização central, deve-se ao facto de o presidente da Câmara local, João Moura, ser um dos mais activos membros da actual CPN (Comissão Política Nacional) dos ASD e se ter disponibilizado para tal”, acrescenta o mesmo documento.

Estiveram presentes, as estruturas dirigentes do PSD Nacional e do Governo, (além do Primeiro-Ministro), Marco António Costa, Vice-Presidente Coordenador Permanente da Comissão Política Nacional e Porta-Voz do PSD, José Matos Rosa, Secretário-Geral, Miguel Poiars Maduro, Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, António Leitão Amaro, Secretário de Estado do Poder Local e da Reforma Administrativa, Luís Vales e Bruno Vitorino, Secretários-Gerais Adjuntos do PSD, Presidentes das Comissões Políticas Distritais, actuais e antigos Autarcas Social-Democratas de Norte a Sul de Portugal.

Álvaro Amaro é o novo presidente da Comissão Política Nacional dos Autarcas Social Democratas

O presidente da Câmara da Guarda, Álvaro Amaro, foi em Cantanhede, eleito, sem votos contra, presidente da Comissão Política Nacional dos Autarcas Social Democratas (ASD).

Reunidos no seu sexto congresso, no salão dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, os autarcas do PSD



elegeram, além do presidente dos ASD, que sucede no cargo a Pedro de Oliveira Pinto, igualmente sem qualquer voto contra, o presidente da Assembleia Municipal de Boticas, Fernando Campos, para presidir ao Conselho Nacional.

Para liderar o Conselho de Jurisdição Nacional e a Mesa do Congresso dos ASD foram eleitos, também sem votos contra, os presidentes das câmaras de Moncorvo e de Braga, Nuno Gonçalves e Ricardo Rio, respectivamente.

Aos órgãos dirigentes dos ASD concorreram listas únicas.

O Congresso, em cuja sessão de encerramento, ao princípio da noite de hoje, participou o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, aprovou, por unanimidade, a moção estratégica “Confiança no poder local”, cujo primeiro subscritor é Álvaro Amaro.

No documento, os autarcas do PSD afirmam que os resultados da eleições autárquicas de 29 de Setembro obrigam os autarcas social-democratas a serem “determinados, a trabalhar em conjunto” e “competentes no desempenho autárquico, seja ele na oposição ou no poder, mas com a certeza” de que se preparam para “voltar a liderar o processo autárquico em Portugal”, uma longa tradição do PSD, que foi este ano interrompida por eleições “sui-generis”, em que a austeridade foi decisiva.

Álvaro Amaro sucede assim a Pedro Pinto, agora eleito Secretário-Geral e assegurou que os parâmetros de acção seguidos até aqui pela equipa dirigente dos ASD, e Pedro Pinto, irão ter continuidade, afirmando, já após o encerramento que «Estou aqui conjuntamente com toda a equipa, para três desafios essenciais: primeiro para nunca tergiversar nos princípios; segundo para nunca ceder os valores; terceiro para afirmar as virtualidades do poder local e a determinação dos Autarcas Social-Democratas»





Encerramento do Congresso e apelo do Presidente do PSD e Primeiro-Ministro

O Primeiro-Ministro presidiu, em Cantanhede, ao encerramento do VI Congresso dos Autarcas Social Democratas (ASD), a primeira reunião magna dos autarcas sociais-democratas após as eleições recentes.

Pedro Passos Coelho apelou veementemente a todos os portugueses, qualquer que seja a sua filiação ou inclinação política, para que se aliem no esforço que o País está a fazer para concluir o programa de assistência financeira. “Lanço um apelo muito forte, mais uma vez, a todos aqueles, seja em que partido possam militar ou ter votado, para se aliarem neste esforço nacional, que é o de concluir o nosso programa [de assistência financeira], para podermos pensar de outra maneira daqui para diante”, afirmou Passos Coelho, na sua intervenção, já ao início da noite de Sábado.

“Tenho a certeza de que aqueles que olham para Portugal colocarão de lado os seus interesses partidários ou os seus interesses pessoais, para garantir que o país se voltará a erguer, com toda a legitimidade e com toda a expectativa de poder concretizar um ideal que está ao seu alcance”, sublinhou o presidente do PSD.

Esse ideal “é o de resgatarmos a nossa autonomia financeira e de voltarmos a ter maior liberdade, para, com responsabilidade, construir um futuro melhor”, disse Passos Coelho.

Dirigindo-se aos autarcas do seu Partido, o Presidente do PSD defendeu a necessidade de todos darem o melhor de si próprios e do seu exemplo, para que “os portugueses acreditem” que não está apenas a ser feito “o que é necessário no curto prazo”, mas que também estão a ser lançadas “as sementes para que Portugal possa ter um nível de prosperidade maior do que julgou ter alcançado no passado”.

“Temos nos próximos anos uma oportunidade não apenas para mudar razoavelmente aquilo que foram as causas do nosso infortúnio em 2011, mas também para



não termos de voltar no futuro, como já aconteceu no passado, à situação de ter de pedir emprestado lá fora aquilo que não soubemos equilibrar cá dentro”, disse o líder social-democrata e chefe do Governo.

Isso está ao alcance do País, sustentou, salientando que “os portugueses hoje sabem o que custa não fazer contas bem feitas e julgar que o crescimento da nossa economia depende estritamente de uma atitude voluntarista do lado do financiamento”.

“Nós, sem dinheiro e sem alguma dívida não crescemos, mas isso não chega para ter um País equilibrado

e desenvolvido”, por isso com o fecho do programa de assistência financeira “iremos iniciar uma etapa nova”, defendeu.

«Mas», advertiu, «nessa etapa nova há lições do passado que permanecerão: o equilíbrio das nossas contas, o fazer do Estado um exemplo de investimento racional, mas também a necessidade de ter toda a sociedade mobilizada para pensar no futuro, para investir no futuro, para confiar mais no futuro do que muitas vezes aconteceu no passado». - Fontes: Lusa, Audiovisuais PSD

Primeiro-Ministro visita obras de mecenato no Convento de Cristo

O Primeiro-Ministro, no final da tarde de terça-feira, fez uma breve deslocação a Tomar, a “Cidade Templária”, tendo visitado as obras de restauro da ‘charola’, uma dos aspectos da construção da monumental ‘cidade templária’, que tem vindo a ser devolvido ao seu primitivo esplendor.

Esta intervenção teve um apoio de 750 mil euros, um exemplo de mecenato por parte de uma grande empresa, o que levou o Primeiro-Ministro a considerar que o que foi feito no Convento de Cristo é um exemplo deve ser replicado, devendo o património ser encarado como sendo de todos e a todos cabendo uma parte da sua manutenção e restauro.

A visita, organizada com alguma reserva e discrição, teve início às 17h00 e terminou uma hora e meia mais tarde, sendo o Chefe do Governo sido guiado pela directora do monumento, Ana Carvalho Dias.

Falando a alguns jornalistas que o acompanharam, Passos Coelho anunciou para breve a revisão da lei do mecenato e disse que o secretário de Estado da Cultura, Barreto Xavier, Barreto Xavier (que acompanhava o Primeiro-Ministro), está já incumbido dessa tarefa.

O Primeiro-Ministro afirmou que a lei do mecenato deverá “responder melhor quer aos que estão na disponibilidade de desempenhar uma função de responsabilidade social e cultural mais alargada, quer do próprio Estado, que deve promover essa intervenção de natureza quase cívica, de forma mais intensa do que tem acontecido”.

Antes, Barreto Xavier frisou que é preciso “encontrar novos caminhos” para o mecenato cultural, que deve assumir um carácter sistemático e continuado.

O secretário de Estado sublinhou que em 2013, num período difícil da vida do país, aumentou o apoio mecenático de empresas à reabilitação e à produção artística, como também aumentou o número de visitantes a museus.

A empresa Cimpor apoia desde 2007, em regime de mecenato exclusivo, as diversas intervenções de conservação e restauro, em particular da pintura decorativa e dos estuques, da charola, construção templária iniciada em finais do século XII.

O presidente do conselho de administração daquela empresa, Proença de Carvalho, realçou o “muito orgulho” pela obra já realizada e em curso, reconhecendo que nem sempre o Estado dispõe dos recursos necessários, sobretudo num País com um tão extenso património como Portugal.

Passos Coelho afirmou, no diálogo que se estabeleceu, que essa dificuldade em manter devidamente conservado o património riquíssimo do país, tem que ser ultrapassada integrando esses elementos na actividade económica, em particular no turismo.

Barreto Xavier considerou a visita do Primeiro-Ministro ao Convento de Cristo um sinal do reconhecimento da importância das políticas públicas para a reabilitação e promoção do património, realçando as “muitas obras” em curso e nas que estão projectadas.

Passos Coelho frisou a importância de o património ser apreciado de “forma conhecedora” e referiu a “superficialidade demasiado notória” com que muitos dos elementos culturais mais “enraizados no País são apreendidos no debate público”.

“É uma responsabilidade muito grande de todos os agentes de tornar esse debate mais rico, mais informado, não no sentido de colocar as pessoas a verem o que não querem, ou a passar mensagens culturalmente corretas, porque isso não existe. Devemos manter um espírito essencialmente livre de observação, crítico nos juízos que emitimos, sobretudo nos que têm uma natureza estética”, afirmou.

“É indispensável que a observação feita possa ser o mais bem informada possível, para que cada depois um formule o seu juízo sobre o que vê” e isto “é tão válido na cultura, como na economia, como na política, como nas diversas áreas da nossa vida”, acrescentou, já na despedida.- Povo Livre



Vasco Rato é o Presidente da Fundação Luso-Americana

O primeiro-ministro designou Elvira Fortunato, Nogueira de Brito, José Lamego, Miguel Monjardino e Rui Ramos para membros do conselho de curadores da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), para a qual escolheu como presidente Vasco Rato.

Por sua vez, a Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa indicou John Olson e Virginia L. Staab para o conselho de curadores da FLAD.

Pedro Passos Coelho já assinou e enviou para promulgação o despacho de designação dos membros do Conselho de Curadores da FLAD.

Estatutariamente, cabe ao conselho de curadores da FLAD escolher os membros do Conselho de Administração desta fundação, com excepção do Presidente, que é escolhido pelo primeiro-ministro.

Elvira Fortunato é investigadora científica e professora universitária. José Lamego é advogado, foi deputado e dirigente do PS e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Miguel Monjardino é professor universitário na área das relações internacionais e Rui Ramos é historiador.

Antigo dirigente e deputado do CDS, José Luís Nogueira de Brito, jurista, foi subsecretário de Estado

do Trabalho e da Previdência e Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação antes do 25 de Abril, quando Marcello Caetano esteve à frente do Governo.

Os mandatos dos membros do conselho executivo da FLAD presidido pela ex-ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues iniciaram-se em Maio de 2010 e terminaram a 30 de Abril deste ano.

Segundo os atuais estatutos da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), que constam de um decreto-lei publicado em Julho deste ano em Diário da República, “o conselho de administração da FLAD é composto por três a cinco membros, sendo um escolhido pelo Primeiro-Ministro, que será o presidente do Conselho de Administração, e os demais, pelo conselho de curadores”.

De acordo com os mesmos estatutos, “os membros do Conselho de Administração são designados por despacho do Primeiro-Ministro”, para mandatos de cinco anos, que só podem ser renovados consecutivamente uma vez.

Quanto ao conselho executivo, os estatutos da FLAD determinam que “é constituído por três membros designados por despacho do Primeiro-Ministro de entre os membros do Conselho de Administração” e que “o presi-



dente do Conselho de Administração é, por inerência, o presidente do Conselho Executivo”.

Por sua vez, “o conselho de Curadores é constituído por cinco a sete membros, designados por despacho do Primeiro-Ministro de entre individualidades de mérito reconhecido e com competência em domínios adequados aos fins da Fundação”. Os estatutos da FLAD referem que “dois dos membros do conselho de Curadores são indicados pelo embaixador dos Estados Unidos da América acreditado em Lisboa”.

Os estatutos da FLAD foram modificados para serem adequados à Lei-Quadro das Fundações de Julho de 2012. – Fonte: Lusa

Comissão Interministerial para assuntos do Mar optimista quanto ao crescimento da importância do mar na economia



O Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho presidiu e outros membros do Governo marcaram presença da reunião da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, mas só a Ministra Assunção Cristas falou aos jornalistas, na conferência de imprensa que encerrou a reunião e na qual salientou alguns aspectos fundamentais da estratégia nacional para o mar.

Também em representação da Região Autónoma da Madeira esteve presente o secretário regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, Manuel António Correia. A CIAM (Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar) presidida pelo Primeiro-Ministro, é um órgão que, na sua composição, e além de um representante da Região Autónoma da Madeira, integra também todos os

ministros do Governo Português, um representante da Região Autónoma dos Açores e o secretário de Estado do Mar.

“Este encontro reveste-se de especial importância, uma vez que na agenda de trabalhos, entre outros pontos, está a aprovação da Estratégia Nacional para o Mar, um documento orientador para o desenvolvimento que se pretende para o oceano e zonas costeiras e para o qual, recorde-se, a Região Autónoma da Madeira, em devido tempo, deu também o seu contributo”, refere a tutela do Ambiente e dos Recursos Naturais em comunicado

Açores concordam com os pontos principais debatidos

O Governo Regional dos Açores, esteve representado por Luís Viveiros e aprovou a versão final da Estratégia Nacional para o Mar (ENM), depois de assegurar a inclusão das competências da Região na gestão dos recursos do seu território.

O Secretário Regional dos Recursos Naturais açoriano, em declaração de voto, frisou, “o Governo dos Açores considera é imperioso estabelecer um processo de debate que conduza ao enquadramento cabal e concertado do modelo de gestão partilhada do espaço marítimo, o qual se encontra consagrado em lei de valor reforçado, mas que permanece ainda por clarificar”.

Luís Neto Viveiros disse que, no entender da Região Autónoma dos Açores, “a ENM na sua redacção actual

deveria explorar todas as potencialidades do modelo de cooperação institucional entre a Administração Central e as Regiões Autónomas”.

Os Açores, desde o início deste longo e exigente processo negocial para a elaboração da EMM, que pugnam pelo reconhecimento das suas especificidades, enquanto Região Autónoma com órgãos de governo próprio, poderes, direitos e deveres sobre o seu território marítimo, tendo participado activamente na sua definição.

Desta forma, as reivindicações principais do Governo dos Açores, antes praticamente ausentes, foram progressivamente sendo consideradas e incluídas na Estratégia Nacional para o Mar agora aprovada.

O reconhecimento das especificidades da Região nestas matérias consubstanciou-se também na inclusão de um Plano de Acção Regional, com programas, projectos e acções da responsabilidade da administração regional, que será apenso de forma individualizada ao Plano Mar-Portugal.

O reconhecimento formal do Parque Marinho dos Açores e a valorização do património de medidas e de políticas desenvolvidas pelas Regiões Autónomas para a promoção e gestão do mar e a conservação dos recursos foram outras reivindicações açorianas acordadas na ENM.

A Estratégia Nacional para o Mar é o instrumento de política pública que apresenta a visão de Portugal para o período 2013-2020, no que se refere ao modelo de desenvolvimento assente na preservação e utilização sustentável dos recursos e serviços dos ecossistemas marinhos. Aponta ainda um caminho de longo prazo para o crescimento económico, inteligente, sustentável e inclusivo, sustentado na componente marítima.

Conferência de Imprensa da Ministra

A Ministra Assunção Cristas falou aos jornalistas em conferência de imprensa em Sines, depois de participar na X Comissão Interministerial para os Assuntos Do Mar, em que se assinalou o Dia do Mar com a aprovação da estratégia nacional para o mar.

Assunção Cristas, afirmou que o Governo pretende “aumentar em 50% o peso da economia do mar no PIB (produto Interno Bruto) até 2020”.

“É muito grato saber que houve imensa participação da sociedade civil, de vários sectores, na preparação desta estratégia, porque esta é a melhor garantia de que há negócio a acontecer na área do mar”, disse, lembrando que “nos últimos três anos houve um aumento da economia do mar de 2,4 para 2,7%”.

“Há empresas a instalarem-se e há, sobretudo, uma grande vontade de concretizar esta nossa riqueza potencial no mar, com o esforço nacional mas também de muitos países que já estão a instalar as suas empresas em Portugal, de que destacaria a Noruega”, acrescentou.

No âmbito da estratégia de exploração dos recursos marinhos, o Ministério da Agricultura e do Mar vai beneficiar de uma verba de 19,2 milhões de euros atribuída pelo Mecanismo Financeiro (European Economic Area Grants (EEA Grants)), financiado pela Islândia, Liechtenstein e Noruega.

Segundo Assunção Cristas, trata-se de um programa que prevê “uma verba de 10 milhões de euros para



aquisição de um navio de investigação, que vai substituir o ‘velho’ Noruega, para recolher informação e fazer a monitorização do ‘stock’ pesqueiro em águas nacionais”.

“Estamos a olhar para navios usados que vamos

adaptar às nossas necessidades, para fazer investigação e o levantamento de todos os recursos, o que é muito importante para a monitorização dos nossos ‘stocks’ pesqueiros”, disse.

Maioria apresentou alteração ao Orçamento

A maioria parlamentar apresentou hoje no parlamento uma proposta de alteração à proposta de Orçamento do Estado para 2014 (OE2014) que deixa cair a revisão da tabela remuneratória da Função Pública, substituindo-a por uma “avaliação” da aplicação da mesma.

“Durante o ano de 2014 o Governo procede a uma avaliação da aplicação da tabela remuneratória única, com o objectivo de determinar, entre o mais, da sua coerência no contexto das carreiras e políticas remuneratória do sector público e da sua abrangência sobre trabalhadores em funções públicas, de forma a habilitar as acções mais adequadas ao aperfeiçoamento da mesma”, lê-se na proposta da maioria PSD e CDS-PP.

A proposta do OE2014, entregue pelo Governo na Assembleia da República no dia 15 de Outubro, remete para o próximo ano a revisão da tabela remuneratória da função pública.

“Durante o ano de 2014 é revista a tabela remuneratória única, por portaria do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área das finanças”, diz o documento de 345 páginas.

No início de maio, o primeiro-ministro Passos Coelho enviou aos líderes da ‘troika’ uma carta com medidas de consolidação orçamental para 2014 e 2015 em que referia a revisão das tabelas salariais e de suplementos.

De acordo com o Governo, seria conseguida uma poupança de 378 milhões euros em 2014 com a revisão da tabela remuneratória e de 67 mil euros na tabela de suplementos. – Fonte: Lusa

“Governo regional deve pensar menos na oposição e mais nos açorianos”

O presidente do PSD/Açores considera que o governo regional “deve preocupar-se menos com a oposição e mais com os problemas dos açorianos”. Duarte Freitas, que falava à comunicação social no final de uma reunião com o presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, manifestou-se agradado por verificar que “a retórica agressiva do PS contra as oposições e os parceiros sociais parece ter sido atenuada depois do PSD/Açores ter anunciado a sua abstenção na votação do Plano e Orçamento para 2014”.

O líder dos sociais-democratas açorianos afirmou, por isso, desejar “que essa postura se confirme e que o PS e o governo regional utilizem os seus melhores esforços no que é verdadeiramente importante, resolver os problemas das pessoas e da economia dos Açores, em vez de atacarem as oposições e os parceiros sociais”.

De facto, o PSD/Açores considera que “os documentos apresentados pelo governo regional devem ser encarados como um verdadeiro programa de emergência para a economia dos Açores”.

O presidente do PSD/Açores considera, assim, que é necessário actuar rapidamente de forma a salvar algumas empresas, empregos e ajudar as famílias a saírem desta situação”.

“Uma parte das verbas previstas no plano não são para investimentos novos. São para pagar rendas de investimentos que já foram feitos. Isso também obriga a que façamos outro tipo de análise relativamente a um plano, que é dito de investimentos para o futuro, mas que no caso tem verbas para pagar investimentos do passado”, concluiu.



PSD/Açores trabalha em soluções para os açorianos



O presidente do PSD/Açores realiza, entre terça e quinta-feira, em Estrasburgo, um conjunto de reuniões com diversos responsáveis do Parlamento Europeu destinadas a analisar alguns aspectos da política comunitária relevantes para a Região, como é o caso da revisão do Posei, a nova PAC e matérias de política regional no âmbito do novo quadro comunitário de apoio para o período 2014-2020.

Nestas reuniões, Duarte Freitas será acompanhado pela deputada europeia dos Açores, Maria do Céu Patrão Neves, que organizou o programa de trabalhos. Segundo Duarte Freitas, no Parlamento Europeu “estão a ser discutidas diferentes questões comunitárias que são decisivas para os Açores, como é o caso da revisão do POSEI, matéria sobre a qual o PSD/Açores apresentou um parecer durante o período de discussão pública.

Durante o plenário desta semana, no Parlamento Europeu, será votada a reforma da Política Agrícola Comum, bem como o orçamento comunitário para o período 2016/20, matérias que os sociais-democratas têm acompanhado com especial interesse tendo em conta a sua importância para a Região.

“Entendemos que o sector agrícola regional vai enfrentar grandes desafios com a reforma da PAC, mas também entendemos que a União Europeia não pode virar as costas às regiões ultraperiféricas. O nosso parecer ao POSEI vai precisamente no sentido de acautelar essas dificuldades, mas também no reforço

do papel da Região na sua elaboração e execução”.

“Este trabalho foi desenvolvido pela deputada europeia do PSD/Açores e pelo partido junto dos parceiros sociais e apraz-me registar que as posições assumidas por todos junto da União Europeia são muito consensuais”.

Para o presidente do PSD/Açores, esta “é mais uma evidência de que o trabalho é sempre mais útil do que a retórica e de que o diálogo produz sempre melhores resultados do que a agressividade”.

O presidente do PSD/Açores considera ainda “muito positivo” o facto dos apoios europeus saírem reforçados para os Açores no próximo quadro comunitário de apoio”.

“Durante muito tempo vi o governo regional levantar sucessivamente o fantasma da diminuição desses fundos pelo que é sempre de realçar quando se reconhece que até foram aumentados. Verifico que o governo regional parece até um pouco incomodado por ter de referir aos açorianos que o governo da República reforçou os fundos comunitários para a Região”.

Para Duarte Freitas, o “importante é utilizar bem esse dinheiro”. “Os Açores costumam referir a excelente execução dos fundos da União Europeia. Sendo esses fundos para o desenvolvimento e atravessando a Região a maior crise da Autonomia talvez seja altura de fazer uma reflexão sobre a forma como os executamos. Mais importante do que a execução são os resultados”, concluiu.

A cultura portuguesa da diáspora em debate



Organizado pelo PSD-EUA, decorreu no dia 8 de Novembro, no Sport Clube Português em Newark, Nova Jérсия, mais um ciclo de conferências, desta vez subordinado ao tema “Cultura portuguesa da diáspora”. A conferência contou com a participação do presidente da comissão política do PSD local, de Mário Filipe Marques, do fadista António Pinto Basto, da deputada, Maria João Ávila deputada, e de Glória de Melo, Anabela Martins, Luis Lourenço, João Martins, nomes de destaque da cultura portuguesa, na América.

Mário Filipe Marques, presidente de PSD-EUA referiu, “este tipo de conferências reflecte os anseios e preocupações de uma comunidade. Com estas conferências, procuramos ouvir a comunidade e fazer chegar a nossa voz a Lisboa, de modo a que vários destes assuntos possam ter uma solução”. A concluir o responsável político diz que o atual governo português tem mostrado abertura às preocupações das comunidades, dando como exemplo o lançamento no mês passado do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora.

A deputada do PSD, Maria João Avila, declarou que “a defesa da cultura portuguesa na diáspora é fundamental para preservar a ligação a Portugal de todos os que um dia optaram por deixar o país à procura de novas oportunidades. A cultura é a nossa língua são uma mais-valia, por isso devemos defender este património. O português com a quinta língua mais falada no mundo perpetua a nossa história e a expansão do conhecimento dos valores da identidade da génese portuguesa”.

A secção cultural do Sport Cube Português, a Proverbo, foi representada na conferência pela poetisa Glória de Melo.

“Na emigração fazemos coisas que não faríamos se não tivéssemos emigrado. Por exemplo, numa família de poetas e escritores, nunca escreveria em Portugal. E aqui ousei escrever um livro, ‘A Minha Mão Esquerda’, onde junto poesias minhas, em português, da minha filha, que escreve em inglês, e do meu pai”, disse Glória de Melo.

O escritor João Martins disse que “há, em Portugal, um desconhecimento quase total do que se faz nas comunidades ao nível da escrita.”

“Quando cheguei aqui há 25 anos, o que se lia era o jornal ‘A Bola’. Ficava-se muito por aí. Mas, felizmente, as coisas têm-se alterando. Há hoje pessoas que escrevem em português e querem chegar mais além. Tenho questionado as editoras portuguesas quando é que começam a mostrar isso, quando fazem uma colecção ou antologia com autores da emigração, mas ainda não tive resposta”, explicou João Martins.

Eileen Leitão, também membro da Proverbo, defendeu que a multiplicidade de organizações nas comunidades prejudica a projecção cultural.

“Infelizmente, os portugueses dividem-se muito, há pouco espírito de associativismo. Se todos se juntassem, conseguiram fazer coisas de maior relevo”, defendeu a luso-americana, que também lamentou a ausência de jovens nestas organizações.

O primeiro evento deste ciclo de conferências foi dedicado ao tema da emigração, o segundo ao ensino da língua portuguesa nos Estados Unidos e o terceiro à participação cívica dos emigrantes.





Director: Vítor Crespo

Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 464 • 22 de Junho de 1983 • Preço 20\$00

IX GOVERNO ESTÁ COMPLETO

Foram empossados no passado sábado, 38 secretários de Estado, ficando assim completo o elenco do IX Governo Constitucional, faltando apenas designar o secretário da Agricultura.

São os seguintes os militantes do PSD, cujas biografias publicaremos no próximo número do "Povo Livre".

- Secretário de Estado adjunto do vice-primeiro-ministro — João Calvão da Silva.
- Secretário de Estado da Defesa Nacional — António Figueiredo Lopes.
- Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional — Joaquim Fernando Nogueira.
- Secretário de Estado da Emigração — Maria Manuela Aguiar.
- Secretário de Estado do Orçamento — Alípio Pereira Dias.
- Subsecretário de Estado do Orçamento — Alberto Amorim Pereira.
- Secretário de Estado do Ensino Superior — Britaldo Rodrigues.
- Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional — Rui do Amaral.
- Secretário de Estado da Segurança Social — Maria Leonor Beleza.
- Secretário de Estado da Alimentação — Jacinto Montalvão Marques.
- Secretário de Estado da Indústria — João Carvalho Carreira.
- Secretário de Estado do Turismo — Joaquim Ferreira do Amaral.
- Secretário de Estado das Obras Públicas — José Eugénio Nobre.
- Secretário de Estado do Ambiente — Carlos Martins Pimenta.
- Secretário de Estado das Pescas — Alberto Faria dos Santos.



Mota Pinto aos militantes do Porto

**ESTABILIZAÇÃO
FINANCEIRA
E DESENVOLVIMENTO**

ECONÓMICO

— Programa do novo
Governo

(PÁGINAS 3 a 5)

**Entramos neste Governo
para reformar e não apenas
para gerir o País**

(PÁG. 2)

**Para resolver a crise económica
é imprescindível estabilizar a Democracia**

**Faro em fase de grande expansão
vai ser importante centro universitário**

(PÁG. 12)



Um novo espaço público

Jaime Quesado (*)

O pensador espanhol Daniel Innerarity tem toda a razão. Precisamos de um novo espaço público em Portugal. A sociedade portuguesa encontra-se bloqueada e impõe-se um sentido de urgência na emancipação cívica do país. Por isso, em tempo de crise, o novo espaço público terá que ser capaz de responder de forma positiva aos desafios de uma Sociedade Civil ansiosa por respostas concretas aos desafios do futuro. Trata-se duma Nova Ambição, em que a aposta na participação e a valorização das competências, numa lógica colaborativa, têm que ser as chaves da diferença.

O novo espaço público deverá ser capaz de apresentar novas soluções de inclusão social. Um país moderno tem que saber integrar de forma positiva os seus cidadãos. A coesão social faz-se pela participação construtiva e tem que haver uma atitude clara de mobilização para esse esforço nacional de convergência de actuação. A educação na escola tem que forçar a pedagogia e a prática da integração dos desfavorecidos, imigrantes, todos aqueles com défices operativos de participação; têm que ser dinamizadas "acções de demonstração" do apoio à vontade do contribuinte de todos. Um Programa para a Inclusão Social tem que saber "integrar de facto".

O novo espaço público deverá ser capaz de projectar novas ideias de competitividade. Está mais do que consolidada a mensagem da urgência da dimensão tecnológica na matriz de desenvolvimento nacional. Um Programa para a Competitividade tem que forçar dinâmicas efectivas de aposta na tecnologia, seja ao nível da concepção de ideias novas de serviços e produtos, seja ao nível da operacionalização de centros modernos rentáveis de produção, seja sobretudo ao nível da construção e participação activa em redes internacionais de comercialização e transacção de produtos e serviços.

O novo espaço público deverá consolidar novas perspectivas para o território. Portugal tem uma oportunidade única de potenciar um novo paradigma de cidades médias, voltadas para a qualidade, a criatividade, a sustentabilidade ecológica. Verdadeiros centros de modernidade participativa, que façam esquecer a dinâmica asfíxica das "âncoras comerciais" que são os modernos "shoppings" que dominam o país. Um Programa Territorial para a Modernidade é vital para dar conteúdo estratégico à ocupação das cidades médias e à nova vontade de também saber apostar no interior.

O novo espaço público deverá ser um espaço aberto a novas ideias. Tudo passa por o princípio e no fim saber estar e participar. Uma plataforma colaborativa, onde todos os que acreditam no futuro do país sejam capazes de encontrar novos contextos de participação, novas soluções para os problemas que todos os dias se acumulam. Portugal ganha com um Novo Espaço Público e o Novo Espaço Público ganha em saber dar o seu contributo para um Portugal mais forte no espaço global, neste complexo tempo de incerteza e crise.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcobaça, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2013 (Sexta-feira), pelas 21h00, na Sede, sita na Av. Prof. Eng. Joaquim Vieira Natividade, com seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política Nacional
- 2 - Outros assuntos

BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Bragança, para reunir, no próximo dia 29 de Novembro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Praça da Sé, nº 16, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política partidária
- 2 - Análise dos resultados das eleições autárquicas de 2013
- 3 - Outros assuntos

BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Bragança, para reunir, no próximo dia 20 de Dezembro de 2013 (sexta-feira), pelas 20h00, na sede, sita na Praça da Sé, nº 16 - 1º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, na sede da Secção que estará aberta, para o efeito, nos dias úteis das 14h00 às 18h00 e das 19h00 às 21h00, ou a quem estatutariamente o

possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã, para reunir no próximo dia 02 de Dezembro de 2013 (Segunda-feira), pelas 21h00, na Sede, sita na Rua Visconde da Coriscada, com seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social-Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Mira, para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2013 (Sexta-feira), pelas 21h00, na Sede, sita nas Galerias de Mira, Avenida 25 de Abril, 1º Andar, com seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política Nacional
- 3 - Análise dos resultados das Eleições Autárquicas
- 4 - Outros assuntos

RIO DE MOINHOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do núcleo de Rio de Moinhos para reunir no próximo dia 30 de Novembro de 2013, (sábado), pelas 14h30, na sede da junta de freguesia de Rio de Moinhos, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Análise dos resultados das autárquicas

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo dia 20 de Dezembro de 2013 (sexta-feira), pelas 17h00, na Sede, sita na Rua dos Descobrimentos, nº 18, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição dos órgãos da Secção
- Comissão Política de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: - As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, na sede de secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. Para o efeito a sede encontra-se aberta naquele dia das 21h00 às 23h00.

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 23h00.



ERRATA CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da secção de Coruche, para reunirem no dia 7 de Dezembro de 2013, pelas 16h, na União de Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, sita na Rua 25 de Abril - Quinta do Lago, em Coruche, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Coruche

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 16h e as 18h.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da secção do Montijo, para reunirem no dia 22 de Dezembro de 2013 (Domingo), pelas 21h30m, na Sede do PSD/Montijo, sita na Praça da República, n.º 12, com a seguinte ordem trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia do Montijo.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem estatutariamente o substitua até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 21h30m e as 23h30m.

NÚCLEO CASTÊLO DA MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes do Núcleo Residencial do Castelo da Maia, para reunirem em Assembleia de Secção, no próximo dia 6 de dezembro de 2013 (sexta-feira), pelas 19h30, na sede do PSD Maia, sita na Rua Engº Duarte Pacheco, 987, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Outros Assuntos.